

CDE discute gatilho, pacto e FND

MILANO LOPES

A distribuição dos Cz\$ 120 bilhões da Receita do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND — no corrente ano, e a definição do volume de investimentos das empresas estatais são os principais assuntos incluídos na agenda da reunião de amanhã do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE —, que marca o reinício das atividades do Colégio, suspensas desde 1979.

Além dos integrantes do CDE, participarão da reunião, convocados pelo presidente da República, os ministros chefes das Casas Civil e Militar e do SNI. Como o Conselho não tem atribuições deliberativas, sendo apenas um órgão de assessoramento ao presidente da República, as decisões eventualmente tomadas não serão por votação, mas simplesmente anunciaradas por Sarney.

ALOCAÇÃO

Dos Cz\$ 120 bilhões da receita estimada do Fundo Nacional de Desenvolvimento, 30% serão destinados aos investimentos no setor siderúrgico, outros 30% ao setor elétrico, distribuindo-se os restantes com outras áreas, inclusive Cz\$ 5 bilhões para o financiamento de projetos agropecuários e mais Cz\$ 5 bilhões para financiar um programa de construção de armazéns e silos.

Quanto aos investimentos das empresas estatais, a estimativa é da aplicação de Cz\$ 160 bilhões, concentrando-se os maiores volumes de recursos nos setores de infra-estrutura econômica, especialmente energia e siderurgia. Uma parcela deverá ser destinada ao programa de saneamento financeiro da Siderbrás, cuja dívida externa soma US\$ 17 bilhões e deverá ser parcialmente assumida pelo Tesouro.

A oportunidade da reunião do CDE será aproveitada para um deba-

te mais aberto, com a participação de todos os ministros da área econômica e do ministro do Trabalho a respeito da necessidade de montagem de uma nova política de reajustes salariais que possa substituir a escala móvel do "gatilho", cujo acionamento, por mais de uma vez em cada 12 meses assusta o governo.

PACTO

O ministro do Trabalho, por sua vez, fará uma exposição sobre os resultados de suas gestões junto às lideranças sindicais dos trabalhado-

Rezende desconhece pauta do encontro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, convocado para participar da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE — afirmou, ontem, desconhecer a pauta do encontro e não ter propostas definidas para ele. "Vou limitar as minhas discussões dentro da pauta definida pelo governo", disse.

Conforme declarou, o ministro se restringirá aressaltar a necessidade de que o governo faça um realinhamento de preços para os produtos agrícolas. Para ele, a classe produtora vem sendo prejudicada com o aumento dos custos de produção, e do dinheiro para financiamento. Disse também que expressará ao presidente Sarney a disposição dos produtores rurais de corresponder à determinação do governo em troca de recursos suficientes e preços justos.

res, vendendo a idéia do pacto social, e anunciará os próximos passos a serem dados: uma reunião com essas lideranças — CUT, CGT e Confederações — no próximo dia 15, em Brasília, e o início das conversas formais com as lideranças empresariais.

A resistência da CUT para formalizar qualquer entendimento com o governo, e a exigência de reivindicações impossíveis de serem atendidas, como a revogação das medidas do Cruzado II e o não-pagamento da dívida externa, representam um claro sinal de que o entendimento defendido pelo governo fracassará, a menos que seja deixada de fora a CUT.

Finalmente, o ministro da Fazenda fará uma exposição sobre a política de juros. Reconhecerá a necessidade dela pelo menos em caráter temporário, para efeito de inhibir o consumo, mas anunciará gestões junto aos banqueiros no sentido de manter o custo do dinheiro em níveis toleráveis, a despeito das expectativas de crescimento inflacionário neste e no próximo mês.

CDE

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) vai discutir também na sua reunião de amanhã, segundo apurou o repórter Helival Rios, o problema do endividamento dos Estados e municípios. Os dados levantados para subsidiar os debates no CDE apontam como os maiores devedores em 1987, pela ordem, os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O total da dívida interna dos Estados e municípios brasileiros é de Cz\$ 171,1 bilhões, enquanto a dívida externa atinge US\$ 4,9 bilhões. O presidente Sarney quer que o CDE aponte soluções para o saneamento financeiro dos Estados e municípios (Brasília/Agência Estado).